

O LUGAR DA SEMÂNTICA NAS GRAMÁTICAS ESCOLARES: O caso do tempo e do aspecto

*Fátima Oliveira, Idalina Ferreira, Joaquim Barbosa,
Luís Filipe Cunha e Sérgio Matos*
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto

1. Introdução

1.1. Questões gerais

Em linguística, o termo *gramática* é muitas vezes usado para descrever o conhecimento «interiorizado» que os falantes têm da sua língua – o seu conhecimento linguístico (ou competência). Ora, como os falantes conhecem o significado dos morfemas e das palavras e sabem como construir o das frases e o dos discursos da sua língua, então a Semântica deve ser uma componente de pleno direito da gramática.

Por outro lado, ao comunicarmos uns com os outros, falamos acerca de «coisas» do mundo exterior para transmitirmos informação sobre a forma como o mundo é (ou devia ser). A significância informacional da linguagem e o seu papel relevante na comunicação é uma das motivações para adoptar uma abordagem referencial do significado. Como uma parte muito importante da comunicação é a transmissão de informação (tenha ela a forma que tiver), então tal constitui um argumento adicional em favor da semântica como parte de uma teoria linguística.

De modo muito geral, podemos dizer que há três factores essenciais para o uso de uma língua como meio de comunicação.

1. A(s) expressão(ões) linguística (s) usada(s);
2. Aquilo que a expressão refere;
3. O contexto.

A investigação sintáctica centra-se fundamentalmente no primeiro, em particular, na estrutura de unidades como a frase, com especial incidência na ordem de palavras e todas as complexas questões com ela relacionadas.

Uma parte considerável da investigação semântica centra-se na relação

entre a expressão linguística e aquilo que ela refere. Melhor, centra-se no significado que surge a partir da combinação de expressões mais elementares em grupos de palavras e em frases. Isto é, o significado do todo é uma função do significado das suas partes e da forma como estão associadas, constituindo o princípio de composicionalidade.

É a consideração da estrutura que conduz uma teoria semântica para além da visão tradicional de que o significado se resume ao estudo das palavras.

Com efeito, uma das diferenças cruciais consiste em, não negando a importância do estudo das chamadas palavras de conteúdo (ou classes abertas) como *mesa, pássaro, escrever...*, se colocar a ênfase nas palavras funcionais (ou classe fechada) como o (artigo), *e, mas, porque...* Isto é, as palavras de conteúdo são os tijolos, mas são as palavras funcionais que constituem a argamassa que os liga e dá consistência à construção.

Portanto, há questões que são estudadas pela Semântica e pela Sintaxe. Mas, se é possível, até um certo ponto, estudar a estrutura sem recorrer ao significado, já é mais difícil estudar o significado sem estrutura. O significado de algo é assim entendido como o significado de uma expressão sintáctica. No entanto, isto não quer dizer que se considere que a Semântica deva ser meramente interpretativa, pois há teorias que constroem em paralelo os dois aspectos. Deste modo, a Semântica precisa da Sintaxe, mas também não parece muito útil desenvolver uma gramática (ou teoria linguística) sem a interpretação das expressões construídas pela Sintaxe.

Mas parte do significado está também relacionado com o «contexto de uso». A Pragmática tem-se ocupado destas questões, como, por exemplo, de alguns aspectos da deixis. Assim, se a Ana e a Berta dizem durante uma discussão «eu estou certa e tu estás errada», embora usando a mesma frase, estão a fazer afirmações diferentes que constituem distintas interpretações dos enunciados, em grande parte por os referentes de eu e de tu serem entidades diferentes.

O contexto pode também ser mais geral, como o «mundo real» ou «ficcional» com o qual a expressão está relacionada. Trata-se de «conhecimento do mundo», que durante muito tempo foi uma espécie de cesto dos papéis da linguística. Mas, recentemente, os investigadores começaram a retirar alguns papéis deste cesto, nomeadamente para tratar problemas como os de «resolução de anáforas», recorrendo, por exemplo, a conceitos como os de *frame* e de *script*, pela primeira vez propostos no âmbito da Inteligência Artificial por Minsky e Schank na década de 70. Em termos muito gerais, uma anáfora é uma expressão incompleta que depende, para a sua interpretação, de uma outra expressão na frase, no discurso ou no contexto, que constitui o seu antecedente. Veja-se, no seguinte exemplo de Webber (1991), aqui traduzido, como o problema da anáfora ligada a isso é interessante:

- (1) Segal, contudo, teve os seus problemas com mulheres. Ele tinha estado a tentar evitar que o seu casamento de sete anos se desfizesse. Quando isso se tornou impossível...
- (2) Segal, contudo, teve os seus problemas com mulheres. Ele tinha estado a tentar evitar que o seu casamento de sete anos se desfizesse. Quando isso se tornou inevitável...

Questões como as que acabámos de referir sumariamente constituem argumento em favor de uma concepção de semântica que não se reduz ao estudo do significado das palavras. Parece, pois, difícil continuar a pensar que se pode aprender uma língua estudando a sua sintaxe num compêndio de gramática, e adquirindo o conhecimento semântico recorrendo meramente a um vocabulário ou, melhor, a um léxico. Na verdade, não só este é estruturado como também grande parte das palavras são, elas próprias, constituídas por unidades mínimas portadoras de significado. Acresce que as palavras estruturadas num léxico comportam uma série de informações e têm certas propriedades, assim como estabelecem relações entre si. Algumas dessas relações, como, a título de exemplo, a sinonímia ou a antonímia, têm paralelo ao nível da frase, com a paráfrase ou a contradição.

1.2. Interface Sintaxe-Semântica

Considerando mais de perto questões de interface Sintaxe-Semântica, passemos a reflectir sobre alguns aspectos relacionados com a anáfora. Numa frase como (3), em que há uma relação entre *se* e o *João*, a anáfora pode resolver-se de forma relativamente simples na medida em que *se* assume co-referencialidade entre o reflexo e o nome próprio.

- (3) O João lavou-se.

No entanto, casos como (4) não podem ser resolvidos por co-referência porque todo o estudante não refere um indivíduo particular.

- (4) Todo o estudante pensa que é inteligente.

Trata-se neste exemplo de uma questão de ligação operada pelo quantificador *todo o*. *Co-referência e ligação*, embora utilizadas em certas teorias sintácticas, são claramente noções semânticas.

Outro caso interessante tem que ver com as ambiguidades de escopo como em (5) em que a interpretação depende de qual dos quantificadores tem escopo largo sobre o outro¹.

¹ As duas interpretações atribuíveis a esta frase, advêm da quantificação associada a um museu ter escopo largo sobre todos os estudantes ou todos os estudantes ter escopo largo sobre um museu. A paráfrase correspondente ao primeiro caso é «Há um museu que todos os estudantes visitaram» (por

(5) *Todos os estudantes visitaram um museu.*

Uma outra questão relevante diz respeito às leituras distributiva e colectiva dos SNs, como se pode ver em (6) e (7)².

(6) *Os músicos da orquestra são bons executantes.*

(7) *Os músicos da orquestra convidaram um pianista.*

No que diz respeito ao Tempo também a Semântica parece ser de crucial importância para compreender frases como (8) e (9), embora actualmente estas questões comecem a ser abordadas pela Sintaxe.

(8) *O João saiu antes de a Maria entrar.*

(9) *O João tinha saído quando a Maria chegou.*

1.3. *Novas concepções de Semântica*

Da semântica da palavra, cujo primeiro estudo enquanto tal se deve a Bréal, embora ainda muito relacionado com o estudo da mudança do significado, passou-se para a semântica da frase, que começa a desenvolver-se a partir dos anos 60/70.

Uma nova concepção de Semântica começa a afirmar-se nos anos 80 e atinge grande importância e desenvolvimento nos anos 90. Referimo-nos às teorias dinâmicas do significado que surgem para resolver problemas concretos do tratamento formal de certas anáforas nominais e que se torna extensível a muitos outros domínios. O que é interessante nestas teorias é que a interpretação do discurso é incremental, isto é, interpretamos as frases uma a uma em sequência e vemos cada uma delas como uma extensão da informação construída até aí. Portanto, temos uma interpretação de sequências de frases que correspondem a um discurso. Numa abordagem dinâmica, uma teoria parcial do significado permite que o nosso universo do discurso cresça e que a nossa «visão» da situação se altere à medida que acrescentamos mais informação.

Pelo contrário, uma abordagem estática do significado não capta a intuição de que um SN indefinido pode introduzir um «novo» referente do discurso e que a partir daí este está disponível para a referência anafórica.

Com estas novas teorias, estamos perante uma concepção de Semântica em que o significado se torna processual: uma relação entre condições de *input* e de *output*, tendo como consequência descentrar-se da produção e centrar-se na

exemplo, o de Serralves). No segundo caso cada estudante visitou um museu, mas não necessariamente o mesmo (por exemplo, Serralves, Soares dos Reis, ...).

² Na frase (6) o predicado «ser bom executante» diz respeito a cada um dos músicos. Na frase (7) «convidar um pianista» diz respeito ao conjunto dos músicos.

recepção; isto é, a forma como um discurso é construído passa a ser vista como uma instrução para o ouvinte o interpretar.

Não se trata, no entanto, de uma substituição da concepção estática, mas antes de um alargamento para dar conta de certos fenómenos ao nível do discurso. Acrescente-se ainda que estas teorias dinâmicas do significado não fazem desaparecer completamente a distinção Semântica/Pragmática.

A argumentação em defesa de uma semântica da frase e até mesmo do discurso vai fundamentar uma reflexão sobre o Tempo e o Aspecto, que constituem um dos domínios das línguas naturais em que as questões que abordámos nesta secção se tornam particularmente evidentes.

2. O tratamento do tempo e do aspecto em algumas gramáticas escolares

Tendo em conta que todas as questões relacionadas com o Tempo e o Aspecto se revelam de grande importância, decidimos verificar de que forma as gramáticas escolares contribuem para o esclarecimento de dúvidas que possam surgir nessa matéria.

Assim, analisámos cinco gramáticas das mais utilizadas no ensino básico/secundário, de acordo com uma grelha previamente elaborada de que constavam, entre outros, os seguintes pontos:

1. Local da gramática onde se faz o estudo do Tempo;
2. Distinção entre Tempo e tempos gramaticais;
3. Tratamento do Tempo em frases simples ou complexas;
4. Sequencialização dos tempos;
5. Distinção entre Tempo e Aspecto.

Verificámos que os autores das gramáticas em questão têm consciência de que o Tempo e o Aspecto constituem matéria necessária para a compreensão da comunicação, dada a relativa atenção que lhe dedicam. Contudo, não o fazem de forma suficientemente organizada nem sistemática, pois ao tentarmos uma resposta para o primeiro ponto da nossa grelha, pudemos observar que, de um modo geral, o estudo do Tempo se encontra associado sobretudo à Morfologia. No entanto, por vezes também se articula com a Sintaxe e ainda, nalguns casos, implícita ou explicitamente, à Semântica.

Parece-nos que esta dispersão se deve, em parte, ao facto de não se fazer nas gramáticas uma distinção clara entre Tempo e tempos verbais³. Fazem-no apenas de forma implícita nos casos em que remetem os valores especiais dos

³ A distinção é facilitada em línguas em que existe uma palavra diferente para cada um dos conceitos, como, por exemplo em inglês, *time* e *tense*.

verbos para o lugar reservado à Semântica. Saliente-se o único caso de uma gramática que distingue tempos naturais de tempos verbais, embora de forma não muito desenvolvida. De facto, quem está a fazer o estudo de uma língua necessita de uma explicitação da noção de Tempo, isto é, da sua constituição e da sua representação. Os alunos das escolas facilmente compreenderiam a noção da sua densidade, da sua divisão em intervalos e momentos e das propriedades de que gozam (transitividade, irreflexibilidade, assimetria). Também não seria difícil fazer-lhes entender que um intervalo pode ser fechado, aberto, com início marcado e final desconhecido ou vice-versa e que em frases complexas há situações que estabelecem entre si relações de precedência, de inclusão, de disjunção e de sobreposição. Ora, estas noções não são referenciadas. Ao ocuparem-se do Aspecto há exemplos em que estas relações estão presentes, mas não são acompanhados de qualquer explicação.

A representação do Tempo tem sido objecto de polémica através dos tempos, pois há quem o considere dividido em dois intervalos (o Passado e o Futuro, não sendo o Presente entendido como intervalo) e os que, seguindo a tradição indo-europeia, de que aliás o senso comum se serve, o consideram representado de forma tripartida, através de um eixo sobre o qual se colocam o Passado, o Presente e o Futuro.

Admitamos então a existência desses três intervalos aos quais a tradição gramatical faz corresponder três tempos com a designação de Presente, Passado (ou Pretérito) e Futuro. Acontece, porém, que estes três tempos são insuficientes para cobrir todas as situações que se nos apresentam havendo por isso necessidade de se recorrer a outras formas, simples e compostas, resultando daí um desequilíbrio numérico entre o tempo natural e o tempo verbal. É esta distinção que convém esclarecer.

Vejam, então, alguns comentários às gramáticas consultadas, que não pretendem de forma alguma ser exaustivos mas ilustrativos de algumas observações que já fizemos.

1. O Tempo é geralmente abordado em frases simples. Este processo nem sempre é o mais adequado. Um exemplo como «O *caracol passeava num tronco de árvore*» [G1: 108] é dado para ilustrar o Pretérito. Ora a frase, embora tenha de facto uma referência temporal do passado, está incompleta, porque o Imperfeito é um tempo relacional na maior parte das construções. Por isso, precisaríamos de outra oração ou de um adverbial que lhe completasse o sentido ou permitisse um enquadramento.

2. Parece-nos ainda importante que a informação temporal seja veiculada não só morfologicamente através dos verbos e dos advérbios, mas também composicionalmente, isto é, tendo em conta aquilo que as gramáticas designam por perífrases de diversos tipos, locuções e conjunções.

3. Como na maioria das gramáticas o Tempo é tratado sob o ponto de vista morfológico e as frases ilustrativas são simples, não há lugar nelas para uma referência à sequencialização dos tempos e para uma reflexão sobre tempos dísticos e anafóricos, entendidos estes últimos como dependentes de outro tempo. Exceptuem-se, porém, o caso das orações temporais em que, pela sua natureza, são mostrados exemplos de frases complexas, mas sem qualquer comentário, e o caso da passagem do discurso directo ao indirecto, onde se indicam algumas regras para a alteração dos tempos verbais.

4. Os valores especiais das diferentes formas verbais e dos modos carecem também de algumas correcções, sobretudo no que diz respeito ao rigor das definições e à adequação dos exemplos. Nota-se uma certa confusão entre formas, tipos de frase e actos linguísticos. Por exemplo, atribui-se ao Presente um valor de Imperativo ilustrado por «*Agora tiras-me uma fotografia e falas de mim no jornal, sim?*» [G1: 116]. Ora, sendo o Imperativo um modo, não deve identificar-se com um tempo.

Um outro exemplo da não distinção entre tempos e modos que potencialmente gera confusões é a apresentação num dos compêndios do Pretérito Mais que Perfeito como situando «o facto no passado, mas apresentando-o como anterior a outro também passado» [G4: 150] e exemplificado com duas frases: uma no indicativo – «*Quando entraste, já eu cantara*» – e outra no conjuntivo – «*Creio que não teria sido mau se a Mafalda tivesse cantado*». Ora esta última frase pressupõe que a Mafalda não cantou, isto é, nega os factos descritos pela forma verbal. É por isso que estas construções são *contrafactuais* já que o estado de coisas descrito pelas formas do conjuntivo se verifica num *mundo alternativo*. Sendo assim, e tendo em conta a definição acima avançada, que «factos» são «situados» no passado?

Mutatis mutandis o mesmo se poderia dizer de «Ele prometeu bater palmas, se eu cantasse» como exemplo do Pretérito Imperfeito que, dizem os autores, «situa o facto no passado, mas considerando-o contemporâneo de outro também passado» [G4: 150]. Em primeiro lugar, *bater palmas* e *cantasse* podem ser projectados para um futuro, quer em relação a *prometeu*, quer possivelmente, em relação ao tempo da enunciação como se pode ver em ‘Ele prometeu bater palmas se eu cantasse, mas eu ainda não decidi se vou ou não cantar’. Mas se a forma *cantasse* tiver efectivamente valor temporal de pretérito, a frase pode ser interpretada como i) negação de ambos os factos – ‘Eu não cantei, logo ele não bateu palmas’; ii) negação de um dos factos – ‘Eu cantei, mas ele não bateu palmas’; e iii) afirmação de ambos os factos – ‘Eu cantei e ele bateu palmas’. Além disso, não será fácil aos destinatários destes compêndios perceber a contemporaneidade ou a sobreposição parcial dos factos: se um exemplo do indicativo «*Nós cantávamos quando eles chegaram*»

[G4: 150] se pode transformar em ‘Quando eles chegaram nós cantávamos’, não nos parece que isso seja possível no exemplo do conjuntivo – ‘*Se eu cantasse, ele prometeu bater palmas’. Em qualquer dos casos, não nos parece rigoroso invocar os tempos do conjuntivo para *situar factos* quando o que o conjuntivo faz usualmente é pôr em dúvida ou negar os factos.

5. Quanto à nomenclatura relativa às formas verbais há um consenso generalizado, já que todas as gramáticas referem os mesmos tempos, entre simples e compostos. O mesmo não se passa relativamente ao Aspecto, embora no que diz respeito à sua localização acompanhe de forma quase exclusiva o estudo do verbo.

As definições não divergem muito. Uma gramática afirma que o Aspecto «traduz a maneira de ser da acção do ponto de vista da sua duração, desenvolvimento ou conclusão» [G1: 119] e as outras defendem que exprime o ponto de vista do enunciador a respeito da acção expressa pelo verbo e descreve o decurso dessa acção. Sublinhámos a palavra *verbo*, porque, ao apresentarem exemplos das diversas classes aspectuais, recorrem muitas vezes à utilização de adverbiais que reforçam ou alteram o sentido do verbo. Vejamos: no exemplo «O *barco parte sempre à mesma hora*» [G1: 120] aparece sublinhado o verbo partir como exemplo de inceptivo quando a leitura aspectual desta frase é alterada para habitualidade em virtude da ocorrência dos adverbiais *sempre* e *à mesma hora*. Parece-nos, portanto, que se deveria reformular a definição tendo em conta as diferentes formas de que o Aspecto se reveste: lexicalmente, isto é, a informação aspectual relevante que o verbo já contém em si, e composicionalmente tendo em conta a natureza semântica dos complementos (*comer um bolo, comer bolos*), através de verbos de operação aspectual (*começar a, continuar a, acabar de*), e de adverbiais.

6. Verificámos que a terminologia utilizada para distinguir as classes aspectuais é extensa, pouco sistemática e pouco apelativa, se tivermos em conta os destinatários das gramáticas. Este reparo não se dirige apenas às obras consultadas, mas de uma maneira geral à grande maioria das que existem e que procuram adoptar a terminologia tradicional. Para além disto, as mesmas designações variam de categoria de gramática para gramática e, mais uma vez, os exemplos não correspondem à definição.

Vejamos o quadro seguinte elaborado a partir da terminologia utilizada onde podemos constatar o que afirmamos e que nos permitirá concluir sobre a necessidade de estabelecer uma uniformização que clarifique esta matéria.

[G1]	[G2]	[G3]	[G4]	[G5]
Durativo/ /Progressivo – <i>Incoativo</i> – <i>Iterativo</i>	Perfectivo Imperfectivo Momentâneo Durativo-cursivo	Pontual – <i>Incoativo</i> – <i>Inceptivo</i> – <i>Conclusivo</i> – <i>Cessativo</i>	Acabado/ /Inacabado Pontual – <i>Incoativo</i> – <i>Inceptivo</i> – <i>Cessativo</i>	Sem classifica- ção. Mas dizendo que: «por vezes as formas verbas indicam, dura- ção, começo, fim, repetição, etc. da acção verbal»
Inceptivo Pontual/ /Instantâneo Resultativo	Incoativo Inceptivo Permansivo Cessativo Conclusivo Imediato Iterativo/ /Frequentativo	Durativo – <i>Cursivo</i> – <i>Permansivo</i> – <i>Iterativo</i> – <i>Habitual</i> Acabado/ /Inacabado	Durativo – <i>Iterativo</i> – <i>Frequentativo</i>	

Como se pode verificar, apenas uma gramática, [G5], não apresenta designações para as categorias aspectuais. A gramática [G2] indica todas as classes como sendo principais e as restantes admitem subclasses. Facilmente se observa que há grandes discrepâncias entre elas. Seria fastidioso referir todas as diferenças observadas. Vejamos apenas alguns exemplos:

1. Uma das variantes do Durativo ou Progressivo em [G1] é o Incoativo que está também referenciado em [G3] e [G4] mas como subclasse do Pontual. Ora, como se sabe, há diferenças fundamentais entre Durativo e Pontual. Consideremos o que se diz a esse propósito: em [G1], afirma-se que com o Incoativo «a acção desenrola-se progressivamente» e o exemplo apresentado é «*Anoitece no mar*» [G1: 120]. Em [G4] diz-se que o valor aspectual é Incoativo, «quando o verbo exprime a ideia de passagem de um estado a outro estado» como em «*O teu irmão tornou-se impertinente*» [G4: 153]. Este exemplo não ilustra assim a concepção de Pontual que o autor apresenta segundo a qual «a acção cumpre-se num instante» [G4: 152].

2. Ainda em [G4], para ilustrar o Inceptivo, definido como «Quando a acção se apresenta no seu princípio» [G4: 153], é dado o exemplo «*O embaixador partiu para Londres*». Não se compreende como pode a definição dada aplicar-se à «acção *partir*». Isto é, podemos interrogar-nos quando é que o embaixador *principiou* a partir.

3. Em [G3], a frase «*Não repitas mais isso*» é um exemplo utilizado para o Iterativo [G3: 62]. É evidente que o Iterativo corresponde à ideia que se tem da repetição ou até da habitualidade, como, de resto, aceitam os autores quando dizem que o valor aspectual é «Iterativo, quando a acção decorre um

número significativo de vezes» [G3: 62]. Mas no exemplo em questão, até pelo efeito da negação e do imperativo, não se pode conferir iteratividade à frase. De facto, a frase não descreve uma repetição sequer, como seria o caso em 'ele repetiu a mesma afirmação várias vezes'. Note-se que *repetir* é importante, mas também o são *a mesma informação* e *várias vezes*. Por exemplo, encontramos habitualidade em 'O João fuma' ou em 'O João fumou durante a sua juventude' e encontramos iteratividade em 'O João fuma um charuto depois das refeições' ou em 'O João tocou uma sonata durante a tarde inteira'.

4. Para mostrar o valor aspectual que designam por Inacabado são dados, em compêndios diferentes, exemplos discutíveis e pouco de acordo com as definições apresentadas. «*No ano passado, ainda sabia o nome dessa rua*» é um desses exemplos sendo dito que «... o pretérito imperfeito (sabia) acompanhado do advérbio *ainda*, exprimem uma acção que, em determinado momento, é apresentada como não estando concluída» [G4: 152]. O exemplo apresentado tem uma pressuposição semântica que é a proposição 'agora (já) não sei o nome dessa rua'. Sendo assim, ainda que na definição se salvasse que a «acção» «é apresentada como não estando concluída em *determinado momento*» (itálico nosso), a verdade é que o exemplo é de difícil compreensão, tanto mais que *saber* é um estado.

5. Por fim, o uso sistemático do termo *acção* para referir a situação descrita, segundo os autores, pelo verbo levantará por certo problemas uma vez que seria, pelo menos, fundamental distinguir «acções», ou melhor, *eventos*, de *estados*.

Esta breve análise e reflexão que acabámos de fazer suscita naturalmente uma questão: como poderão o Tempo e o Aspecto ser abordados nas gramáticas escolares? Apresentamos em seguida algumas propostas que procurarão responder a esta questão.

3. Para uma abordagem do tempo e do aspecto

3.1. O Tempo

Ao abordar o tempo linguístico, convém distinguir três sentidos em que *tempo* pode ser entendido: o tempo físico, o tempo linguístico e o tempo verbal. O estudo do primeiro compete em particular a ciências como a Física, enquanto o «tempo linguístico», se entende como *categoria linguística*, isto é, o tempo tal como é conceptualizado pelas línguas naturais. No âmbito deste último podemos distinguir tempo entendido como *localização temporal*, a que alguns chamam tempo *externo* (consistindo basicamente em situar um estado ou evento no eixo temporal) e tempo como *aspecto* ou tempo *interno*. Quanto ao tempo verbal, isto é, os distintos tempos gramaticais que o verbo apre-

senta, tais como o *Presente*, o *Pretérito Perfeito*, etc. – considera-se que as diferentes formas constituem apenas um dos meios possíveis de exprimir o tempo linguístico.

As línguas localizam no tempo os estados ou eventos e, embora o façam de formas por vezes muito diferentes, têm em comum o facto de operarem essa localização de dois modos fundamentais: de forma *absoluta* ou de forma *relativa*. Quanto à primeira, obtém-se através da inclusão de uma data, como se exemplifica em (10).

(10) O Rui nasceu em 1980.

A localização temporal relativa pode ser estabelecida por referência ao tempo da enunciação, forma *díctica* de referência temporal, como em (11). Neste caso é possível distinguir o tempo *presente*, coincidente com o tempo da enunciação, como em (12), o tempo *passado*, anterior ao tempo da enunciação, como em (13), e o tempo *futuro*, posterior ao tempo da enunciação, como em (14).

(11) O Rui nasceu há 20 anos.

(12) O Rui está neste momento a escrever uma carta.

(13) O Rui escreveu uma carta ontem à tarde.

(14) O Rui vai escrever uma carta amanhã de manhã.

Outra forma de estabelecer a localização temporal pode também ser feita através da referência a outros estados ou eventos cuja localização no tempo já seja conhecida ou dada co(n)textualmente, o que constitui uma forma *anafórica* de referência temporal, como nos exemplos seguintes:

(15) O Rui saiu antes de a Maria chegar.

(16) O Rui tinha partido quando a Maria chegou.

São assim estabelecidas as seguintes relações temporais básicas: simultaneidade (ou sobreposição), parcial ou total, como em (17), anterioridade, como em (18), e posterioridade, como em (19):

(17) O Pedro leu o jornal enquanto o Rui estava a escrever uma carta.

(18) Quando o Pedro chegou, o Rui já tinha escrito uma carta.

(19) O Rui comprou o bilhete às 10; o comboio partiria 1 h depois.

Convém sublinhar que, ao contrário do que algumas abordagens deixam supor, o tempo não é uma propriedade atribuível à semântica de apenas uma unidade linguística (como um verbo ou um advérbio), mas decorre da combinatoria de várias unidades manifestada ao nível da frase ou mesmo de um conjunto de frases; isto é, o tempo linguístico tem uma dimensão composicional

marcadamente discursiva. Ao nível da frase, as unidades linguísticas basicamente responsáveis pela localização temporal, e que a seguir comentamos brevemente, são o tempo gramatical do verbo e os adverbiais de tempo.

Os tempos gramaticais do verbo (mais rigorosamente, numa língua como o Português, os afixos que este incorpora, bem como as formas compostas e as construções perifrásticas que pode assumir) servem para *localizar* no tempo estados e eventos, mas é preciso notar que também têm outras funções importantes: caracterizam *aspectualmente* uma situação, indicando, por exemplo, se ela é única ou repetida, durativa ou pontual, e *modalizam* frequentemente essa situação atribuindo valores de probabilidade, desejo ou certeza, entre outros. Por exemplo, o tempo gramatical do Presente do Indicativo assume de forma sistemática valores de habitualidade e de genericidade, como em (20) e (21).

(20) O Rui joga futebol.

(21) A água ferve a 100 graus centígrados.

O presente propriamente dito é expresso muito frequentemente numa língua como o Português Europeu pela construção *estar a + Infinitivo*:

(22) O Rui está a estudar.

O tempo gramatical do Futuro Simples raramente é usado com valor temporal de futuro, sobretudo num registo oral de comunicação não formal, pois este tempo gramatical é marcadamente modal (hipotético, desiderativo...), como em (23):

(23) Neste momento, o Presidente estará em reunião com o embaixador.

De facto, a indicação do tempo futuro é dada quer através de perífrases, como em (24), quer pelo Presente do Indicativo em combinatórias adequadas com adverbiais de tempo, como em (25).

(24) O Rui vai sair de casa às 13h.

(25) O Rui chega amanhã.

Um tempo cujo valor pode ser caracterizado como essencialmente aspectual, e não temporal, é o Imperfeito do Indicativo, que joga com operações de sobreposição ou inclusão de intervalos de tempo gerando efeitos aspectuais variados. Mas também adquire importantes valores modais, como em (26) e pragmáticos, como em (27).

(26) Bebia agora um cafezinho.

(27) Dava-me um cafezinho?

Convém, pois, sublinhar que nem a expressão do tempo se reduz aos tempos gramaticais do verbo, nem estes exprimem unicamente ou, em alguns casos, preferencialmente o tempo.

Marcam igualmente a referência temporal, a sua localização ou duração um conjunto heterogêneo de construções de valor adverbial, a que chamaremos *adverbiais de tempo*, que incluem advérbios (*agora, ontem*), locuções diversas (*neste momento, depois de amanhã*) e orações temporais (introduzidas por *quando, antes que, depois que*), bem como orações participiais e gerundivas (*terminado o concerto, andando e pensando*). Podemos mesmo generalizar que a marcação mais habitual do tempo linguístico ao nível da frase é uma combinatória de um tempo gramatical e de um adverbial de tempo. Veja-se, por exemplo, que a forma de Presente do Indicativo de «chega» em (28) pode assumir uma leitura de futuro se estiver no contexto de um advérbio adequado, como em (29).

(28) O Rui chega.

(29) O Rui chega amanhã.

Finalmente, deve salientar-se o facto de o tempo linguístico ter uma dimensão transfrástica e discursiva, sendo determinantes para a interpretação temporal dos enunciados a resolução de anáforas temporais em geral, como em (30) e a *sequencialização* dos tempos em particular, como em (31), ou (32).

(30) Nesse momento o Rui entrou na sala.

(31) O Rui chegou a casa cansado. Abriu a porta, ligou a televisão, tirou uma cerveja do frigorífico e atirou-se para o sofá. Agora podia descansar. O dia tinha sido cansativo.

(32) O Manuel decidiu há uma semana que daí a dez dias dizia aos pais que ia mudar de emprego.

3.2. O Aspecto

Quanto ao tratamento do Aspecto nas Gramáticas Escolares, sugerimos que se confira especial destaque aos mecanismos linguísticos que regem a estruturação temporal interna das predicções, mais do que a meras questões de terminologia, por vezes excessivamente complexas. Adiantaremos, em seguida – embora em linhas muito gerais – algumas das propostas que consideramos mais relevantes a este nível.

Antes de mais importa dar, de modo muito informal, uma definição de Aspecto. Assim, podemos dizer que o Aspecto representa a estrutura interna das predicções tendo como consequência diferentes tipos de perspetivação das situações envolvidas.

Deste modo, parece-nos ser desejável estabelecer uma distinção entre Aspecto Lexical, tradicionalmente também designado de *Aktionsart*, isto é,

modo de acção (que se refere ao papel desempenhado pelo verbo e seus argumentos) e Aspecto Composicional, que tem a ver com o efeito de certos elementos (como verbos de «operação» aspectual, tempos verbais, adverbiais temporais, etc.) que «modificam» ou «alteram» o «perfil» básico de uma predicação⁴, conferindo-lhe propriedades aspectuais diferentes.

1º. No que toca à classificação aspectual, que se designou anteriormente por Aspecto Lexical, propomos uma primeira divisão entre *Eventos* e *Estados*, conforme as situações sejam ou não dinâmicas. Assim, frases como (33)-(35) serão consideradas de cariz estativo, dado não encontrarmos qualquer marca de dinamismo nas situações que descrevem.

(33) A Maria está doente.

(34) O João é português.

(35) O Rui tem um B.M.W. azul.

Por outro lado, frases como (36)-(38), por se revelarem tipicamente dinâmicas, representam eventos.

(36) O João escreveu uma carta.

(37) A Maria partiu o vidro.

(38) O Rui passeou no jardim.

Poderemos ainda distinguir várias subclasses dentro do grupo dos eventos, se tomarmos em linha de conta factores como a duração ou a existência de um ponto terminal intrínseco. Adoptaremos aqui a categorização proposta por Moens (1987), por se revelar, em nossa opinião, bastante simples e intuitiva.

Assim, para além dos *Estados*, que são durativos, não dinâmicos e atélicos (i.e., não comportam em si um ponto terminativo), teremos uma classificação dos *Eventos* constituída por *Processos*, *Processos Culminados* e *Culminações*.

Os *Processos* distinguem-se dos *Estados* essencialmente por apresentarem um carácter dinâmico, sendo situações de tipo durativo e atélico. Pertencem a esta categoria frases como (39)-(41).

(39) O João passeou no jardim (durante uma hora).

(40) A Maria nadou (durante toda a manhã).

(41) O Pedro leu (durante uma hora).

Os *Processos Culminados* partilham com os *Processos* o dinamismo e a duratividade, distinguindo-se deles apenas por ostentarem um ponto terminal intrínseco, o que significa que necessitam de um tempo bem definido para a

⁴ Uma *predicação* deverá ser entendida como uma configuração semântica que resulta da interacção que se estabelece entre um predicador (geralmente de natureza verbal) e os seus argumentos.

sua total realização. Alguns exemplos ilustrativos podem ser encontrados em frases como (42)-(44).

(42) O João leu um livro (em meia hora).

(43) A Maria almoçou (em meia hora).

(44) O Rui foi de casa até à escola (em cinco minutos).

Finalmente, as *Culminações* são dinâmicas e télicas mas, ao contrário dos *Processos* e dos *Processos Culminados*, não perduram no tempo. Frases como (45)-(47) ilustram bem esta classe.

(45) O João chegou (às cinco da tarde).

(46) A Maria partiu o vidro (às cinco da tarde).

(47) O gato morreu (às duas da manhã).

2°. O Aspecto Composicional realiza-se através de elementos linguísticos que, de uma forma perfeitamente regular, se aplicam a situações básicas, «alterando» ou «modificando» a sua estrutura temporal interna; desse modo, procedem à sua «conversão» em situações de tipo derivado. Os tempos verbais, os adverbiais temporais e os «verbos de operação aspectual» parecem cumprir esta função.

Tempos verbais como o Presente do Indicativo ou o Pretérito Imperfeito conferem aos Eventos uma leitura tipicamente habitual ou frequentativa, como nos mostram as frases (48)-(51), muito semelhantes a algumas já anteriormente mencionadas.

(48) O João fuma (habitualmente).

(49) A Maria lê o jornal (todos os dias).

(50) O Rui viajava para o Canadá (todos os anos).

(51) O Pedro faltava às aulas (frequentemente).

Também as expressões adverbiais temporais podem alterar, até certo ponto, o «perfil» básico de uma situação. Assim, se uma frase como (52) representa um Processo Culminado, já (53) se aproxima mais de um Processo, na medida em que a informação relativa ao ponto terminativo se torna, neste caso, praticamente irrelevante.

(52) O João leu o livro em meia hora.

(53) O João leu o livro durante meia hora.

Encontramos um exemplo paralelo no contraste entre (54) e (55):

(54) A Maria limpou a casa numa hora.

(55) A Maria limpou a casa durante meia hora.

Finalmente, certos verbos, que aqui designaremos de «operação» aspectual, podem proceder a uma redefinição da estrutura temporal interna característica de uma situação. Assim, se (56) representa um Processo Culminado,

(57) ou (58) ostentam o comportamento linguístico típico de Culminações, enquanto (59) comporta as características definitórias dos Processos e (60) poderá mesmo aproximar-se de uma leitura estativa.

(56) O João leu o livro.

(57) O João começou a ler o livro (às cinco da tarde).

(58) O João acabou de ler o livro (às cinco da tarde).

(59) O João continuou a ler o livro (durante meia hora).

(60) O João esteve a ler o livro (durante meia hora).

Em todos os casos acima indicados estamos perante «operações» aspectuais, que, de uma forma ou de outra, se traduzem na «mudança» categorial das situações.

A nosso ver, uma completa compreensão dos diversos mecanismos aspectuais de que dispomos numa língua como o Português deverá passar, necessariamente, pela consciência do carácter dinâmico e interdependente dos factores que neles tomam parte.

1.3. Conclusão

Nesta apresentação tentámos mostrar que o conhecimento do significado é em grande medida parte integrante de uma gramática, mas que não se pode de forma alguma reduzir ao estudo do Léxico, mesmo quando se assume que é estruturado.

Consideramos, assim, que é fundamental atribuir a devida relevância ao estudo da forma como se compõe o significado na frase e também no discurso.

Com efeito, é muitas vezes no quadro de uma frase que o significado de uma palavra se estabelece. Neste sentido, compare-se nas seguintes frases o significado atribuível à palavra *homem*.

(61) O homem é um animal racional.

(62) O homem (que telefonou) é parvo.

Neste sentido focámos na introdução, de forma breve, algumas questões sobre anáforas que constituem alguns problemas que, tal como as questões sobre Tempo e Aspecto que neste texto desenvolvemos, advogam no sentido de uma Semântica Composicional.

Concluimos com duas pequenas citações da *Gramática Simbólica* de Óscar Lopes, fundador do Centro de Linguística da Universidade do Porto e orientador de muitos de nós:

«O reconhecimento das proposições deve ligar-se ao reconhecimento contrastivo de palavras variáveis e invariáveis. Com efeito, é normalmente indispensável que numa oração exista uma forma de qualquer das palavras mais variáveis que há na língua portuguesa: os verbos. Quem pronuncia uma forma

verbal escolhe essa forma no meio de cerca 200. Afirmar uma coisa entre 200 coisas diferentes possíveis é dizer muito mais, dar uma informação muito mais precisa do que quando se escolhe entre 2, 4, 12 ou 24 formas No entanto, é raro uma oração ser apenas constituída por uma forma verbal ...» (LOPES, 1971: 15-16).

«A aprendizagem essencial nunca é de soluções, que cada vez são mais depressa ultrapassadas, mas de uma problemática e de uma metodologia revisíveis e abertas ao trabalho e participação de todos, sobretudo das crianças e jovens» (LOPES, 1971: 268).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. (1997) – *Pressuposição e Atualização da Informação*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BRÉAL, M. (1897) – *Essai de Sémantique (sciences des significations)*. Paris: Hachette.
- CUNHA, L. F. (1998) – *As construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERREIRA, I. (1996) – *O Tempo nas Construções Condicionais*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LOPES, O. (1971) – *Gramática Simbólica do Português – um esboço*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATOS, S. (1999) – *Adverbiais de Tempo em Português Contemporâneo: Forma e Significação*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MOENS, M. (1987) – *Tense, Aspect and Temporal Reference*, Tese de Doutoramento, Universidade de Edimburgo.
- OLIVEIRA, F. (1994) – «Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português» in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: vol. II, pp. 151-190.
- OLIVEIRA, F. (1998) – «Algumas Questões Semânticas acerca da Sequência de Tempos em Português» in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 'Línguas e Literaturas', XV, pp. 421-436.
- WEBBER, B. (1991) – «Structure and Ostentation in the Interpretation of Discourse Deixis» in *Language and Cognitive Processes* 6, pp. 107-135.

COMPÊNDIOS ANALISADOS:

- [G1] AZEREDO, M. O.; PINTO, M. I. F. M. e AZEVEDO, M. J. (1993) – *Da Comunicação à Expressão*, 8ª ed. Porto: Edições ASA.
- [G2] FLORIDO, M. B. e SILVA, M. E. D. (1996) – *Gramática Básica da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, s.d. (Impr. 1996). (Supervisão científica de Joaquim Fonseca).
- [G3] FIGUEIREDO, O. e BIZARRO, R. M. (1997) – *Da Palavra ao Texto: Gramática da Língua Portuguesa*. Porto: Edições ASA. (Supervisão científica de Mário Vilela).
- [G4] PINTO, J. M. C. (1998) – *Gramática de Português*, 2 ed.. Lisboa: Plátano Editora.
- [G5] FERREIRA, A. G. e FIGUEIREDO, J. N. (1997) – *Compêndio de Gramática Portuguesa: 7º, 8º e 9º anos Ensino Secundário*. Porto: Porto Editora, s.d. (Dep. Legal 1997).

